

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
INSTITUTO VILLA-LOBOS

A EDUCAÇÃO MÚSICAL NO PROCESSO DE INCLUSÃO
DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

RONALDO MURTINHO BRAGA COTRIM

RIO DE JANEIRO
2009

A EDUCAÇÃO MÚSICAL NO PROCESSO DE INCLUSÃO
DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Por

RONALDO MURTINHO BRAGA COTRIM

Monografia de final de curso de Licenciatura em Música do Instituto Villa-Lobos, Centro de Letras e Artes da UNIRIO, como requisito parcial para obtenção do título de graduação, sob a orientação da Professora Doutora Maria Angela Monteiro Corrêa.

RIO DE JANEIRO, 2009

RESUMO

Esse trabalho visa conhecer um pouco sobre as pessoas com necessidades especiais, mais especificamente sobre a deficiência visual, auditiva, física e mental e sua inclusão no ambiente escolar. Esse trabalho visa também analisar que tipo de contribuição a musicalização oferece ao processo de inclusão de crianças com necessidades especiais. Há muitos estudos que tratam do papel da musicalização em relação ao desenvolvimento e socialização de crianças sem qualquer tipo de comprometimento. No entanto, poucos trabalhos relativos à contribuição da musicalização no processo de inclusão de crianças com necessidades especiais.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

À professora Maria Ângela, pelo carinho e competência.

À minha família pelo apoio e amor incondicional.

Aos professores e secretárias responsáveis no curso de graduação, pela disposição e incentivo.

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1	
1.1 Necessidades Especiais - O que são?.....	3
1.2 Algumas necessidades especiais.....	3
Altas Habilidades	
Deficiência Mental	
Deficiência por desvios físicos não sensoriais	
Deficiência por desvios físicos sensoriais	
Deficiência múltipla	
1.3 Todos podem aprender.....	10
CAPÍTULO 2	
2.1 Socialização e inclusão.....	12
2.2 Do extermínio à inclusão.....	14
CAPÍTULO 3	
3.1 Música na escola para todos.....	22
3.2 Jogos Musicais e Atividades Pedagógicas.....	29
3.3 Musicalização e Inclusão.....	31
CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS.....	35

Introdução

O interesse por esse tema surgiu quando, como professor de música, tive a oportunidade de ensinar violão no Instituto Benjamim Constant para crianças com deficiência visual e, nessa oportunidade, pude observar o importante papel da musicalização para aqueles jovens que, em muitos aspectos, favoreceu especificamente a auto-estima e a socialização. Pude perceber também que as aulas de violão melhoravam esses fatores, tornando os alunos mais confiantes, integrados e felizes.

Hoje em dia, estamos cada vez mais pensando em uma educação inclusiva, em que crianças sem qualquer tipo de comprometimento convivam na mesma turma com outras crianças com necessidades especiais. A partir desse movimento, resolvi investigar como a musicalização pode auxiliar neste processo de inclusão. Como ela pode facilitar a convivência de todos, independente da sua condição física ou mental.

Para tentar responder a estas questões este trabalho está dividido em três partes. A primeira faz uma descrição de algumas necessidades especiais, as mais freqüentes como a alta habilidade, a deficiência física e a deficiência mental. Não há neste trabalho um detalhamento de todos os tipos de necessidades especiais relacionadas a problemas mentais, pois elas são muito variadas e amplas e envolvem uma quantidade muito grande de síndromes e comprometimentos. Aqui o que se pretende é construir um panorama mais geral das deficiências.

A segunda parte do trabalho trata do processo de inclusão de crianças com necessidades especiais. Mostra um painel histórico, que chega até os dias atuais e investiga a situação do professor dentro desse novo paradigma escolar.

A terceira e última parte da monografia visa analisar como a musicalização pode atuar no processo de inclusão de crianças com necessidades especiais. Para esta análise, fontes bibliográficas disponíveis foram pesquisadas e também entrevistas com professoras com significativa experiência nesta área.

Por fim, há algumas propostas de jogos e atividades para as aulas de musicalização dentro da perspectiva da Inclusão.

Neste sentido o trabalho se cerca de fontes bastante atuais e, sem muita pretensão, pode ser um aliado de professores de música que se deparam em suas turmas escolares com a questão da inclusão.

Capítulo 1

1.1 Necessidades Especiais - O que são?

Crianças com necessidades especiais são aquelas que, por alguma espécie de limitação requerem certas modificações ou adaptações no programa educacional, a fim de que possam atingir seu potencial máximo. Essas limitações podem decorrer de problemas visuais, auditivos, mentais ou motores, bem como de condições ambientais desfavoráveis. (Zacharias, 2009).

1.2 Algumas necessidades especiais

Classificação e Caracterização dos Alunos com Necessidades Especiais:

São inúmeras as desvantagens e desvios existentes na classificação de pessoas em categorias, mas, elas acabam tornando-se necessárias, principalmente do ponto de vista da administração do Sistema Educacional.

A classificação abaixo decorre do modelo clínico, combinado sempre que possível ao modelo educacional. (Zacharias, 2009).

Altas Habilidades

Na literatura científica, existem inúmeras definições de altas habilidades/superdotação o quanto existem autores sobre o assunto. Há muitos motivos para isso, variando desde a existência de uma grande diversidade de posturas teóricas no que concerne à forma de se encarar as habilidades humanas até as múltiplas posturas políticas para com o tema da relação entre indivíduo e coletividade. Naturalmente, todos esses fatos têm levado a inúmeras

controvérsias científicas, éticas e políticas no que diz respeito aos superdotados. O conceito de altas habilidades/ superdotação assume diferentes conotações de acordo com a cultura (Solow, 2001). No Brasil, o termo altas habilidades dá mais ênfase ao desempenho do que às características da pessoa, enquanto o termo “superdotado” sugere habilidades extremas (Alencar, 2001; Alencar e Fleith, 2001; Virgolim, 1997).

Características de superdotação e suas implicações em sala de aula:

características	Implicações Negativas	Implicações Positivas
Habilidade cognitiva Avançada	Sente-se entediado com as tarefas acadêmicas curriculares	Aprende a ler mais cedo e demonstra melhor compreensão da linguagem
Curiosidade intelectual	Pode ser considerado exibido	Procura constantemente os “comos” e “porquês”
Sensibilidade e criatividade	Apresenta não-conformismo. Criatividade percebida como comportamento disruptivo	Tem habilidade para produzir muitas idéias e visualizar conseqüências
Intensa motivação	Envolve-se em muitas atividades. Ressente-se de ser interrompido	Exibe motivação intrínseca para aprender, explorar e é persistente.
Grande capacidade para demonstrar emoções	É vulnerável a críticas feitas pelos outros e por ele mesmo. Pode vivenciar sentimentos de rejeição e isolamento.	Reage intensamente a questões morais e sociais. Tem empatia
Habilidade para processar informações rapidamente	Sente-se entediado com as tarefas curriculares. Não gosta de tarefas que envolvem reprodução do conhecimento.	Adquire habilidades básicas de aprendizagem mais rapidamente e com menos prática.
Preocupações éticas e estéticas em tenra idade	Apresenta dificuldade de relacionamento com pares de mesma idade que não têm os mesmos interesses.	É cético, crítico e avaliador, sendo rápido em detectar inconsistência e injustiça
Pensamento independente	Ressente-se da rotina. Parece ser rebelde.	Tem grande prazer na atividade intelectual. Gosta de realizar tarefas de modos diferentes
Habilidade de auto-avaliação	Busca a perfeição. Pode ser visto como compulsivo.	Tem habilidade para integrar impulsos opostos, tal como comportamento construtivo e destrutivo.

Fonte: Ali (2001)

Deficiência mental

Pode-se definir deficiência mental, Segundo a AAMR (Associação Americana de Deficiência Mental) e DSM-IV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), como o estado de redução notável do funcionamento intelectual inferior à média, associado a limitações pelo menos em dois aspectos do funcionamento adaptativo: comunicação, cuidados pessoais, competências domésticas, habilidades sociais, utilização dos recursos comunitários, autonomia, saúde e segurança, aptidões escolares, lazer e trabalho.

Segundo critérios das classificações internacionais, o início da Deficiência Mental deve ocorrer antes dos 18 anos, caracterizando assim um transtorno do desenvolvimento e não uma alteração cognitiva como é a Demência.

É preciso que haja vários sinais para que se suspeite de deficiência mental. Um único aspecto não pode ser considerado como indicativo de qualquer deficiência.

A deficiência mental pode ser caracterizada por um quociente de inteligência (QI) inferior a 70, média apresentada pela população, conforme padronizado em testes psicométricos ou por uma defasagem cognitiva em relação às respostas esperadas para a idade e realidade sociocultural, segundo provas, roteiros e escalas, baseados nas teorias psicogenéticas.

Os deficientes, segundo os índices obtidos nas avaliações de QI podem ser classificados como:

Educáveis: QI entre 76 e 89; a inteligência é dita “limítrofe ou lenta” e estas crianças podem permanecer em classes comuns, embora necessitem de acompanhamento psicopedagógico especial.

Treináveis: QI entre 25 e 75; são crianças que se colocadas em classes especiais poderão treinar várias funções, como disciplina, hábitos higiênicos, etc. Poderão aprender a ler e a escrever em ambiente sem hostilidade, recebendo muita compreensão e afeto e com metodologia de ensino adequada.

Dependentes: geralmente QI abaixo de 25; casos mais graves, nos quais é necessário o atendimento por instituições. Há poucas, pequenas, mas contínuas melhoras quando a criança e a família estão bem assistidas.

A definição de deficiência mental adotada hoje deslocou a ênfase dada anteriormente ao aspecto puramente intelectual ou cognitivo. Antes bastava um baixo índice no quociente intelectual (QI) para que a pessoa fosse classificada como deficiente. Atualmente, o aspecto adaptativo-funcional predomina na construção teórica do conceito. (Correa, 2006).

Deficiência por desvios físicos não sensoriais

As deficiências físicas são tão variadas que não há como discorrer sobre elas de uma forma sintética. São indivíduos com problemas que ocorrem no cérebro ou sistema locomotor, e que levam a um mau funcionamento ou paralisia dos membros inferiores e/ou superiores. As principais são as deficiências nos membros, as más-formações cerebrais, as cardiopatias congênitas, as fendas lábio-palatinas e os defeitos do tubo neural. (Louro, 2006).

Pode ter várias etiologias, entre as principais estão os: fatores genéticos, fatores virais ou bacterianos, fatores neonatal, fatores traumáticos (especialmente os medulares).

As pessoas com deficiência de ordem física ou motora necessitam de atendimento fisioterápico, psicológico a fim de lidar com os limites e dificuldades decorrentes da deficiência e simultaneamente desenvolver todas as possibilidades e potencialidades.

Muitas deficiências físicas requerem adaptações dos alunos para a realização de suas atividades. Os professores têm um papel fundamental no sentido de estimular seus alunos a utilizarem no dia a dia as adaptações e assim otimizar ao máximo a realização das funções comprometidas. Esta estimulação e a aceitação do grupo de alunos das limitações de cada indivíduo são um elemento integrador da pessoa com deficiência, inicialmente no grupo e mais tarde na sociedade (Louro, 2006).

Deficientes físicos sensoriais

Deficientes auditivos

Também conhecida como **hipoacusia**, é a incapacidade parcial ou total de audição. Pode ser de nascença ou causada posteriormente por doenças.

As deficiências auditivas podem ser determinadas por más-formações anatômicas dos elementos da audição (orelha, membrana timpânica e, principalmente, ossículos da audição) ou por desordens funcionais (seja na orelha interna ou no sistema nervoso central) (Louro, 2006).

No passado, costumava-se achar que a surdez era acompanhada por algum tipo de déficit de inteligência. Entretanto, com a inclusão dos surdos no processo educativo, compreendeu-se que eles, em sua maioria, não tinham a possibilidade de desenvolver a inteligência em virtude dos poucos estímulos que recebiam e que isto era principalmente devido à dificuldade de comunicação entre surdos e ouvintes. Porém, o desenvolvimento das diversas línguas de sinais e o trabalho de ensino das línguas orais permitiram aos surdos os meios

suficientes para o desenvolvimento de sua inteligência. Quanto antes uma criança surda puder aprender a se comunicar por LIBRAS, melhor será o seu desenvolvimento.

A audição é um dos sentidos mais importantes, pois tem a função de integração social, desencadeador da formação da linguagem e está vinculada com a segurança, pois é um sinal de alerta às mudanças do meio. (Louro, 2006)

Deficientes visuais

Pode ocorrer na formação do feto, durante ou após o nascimento. É subdividida em dois grupos: portadores de cegueira, que possuem ausência total de visão ou simples percepção luminosa e os com visão subnormal, que têm a visão parcialmente comprometida.

Definição Legal

Decreto 3298/99: Artigo 3. III - deficiência visual - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20° (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;

A deficiência visual interfere em habilidades e capacidades e afeta, não somente a vida da pessoa que perdeu a visão, mas também dos membros da família, amigos, colegas, professores, empregadores e outros. Entretanto, com tratamento precoce, atendimento educacional adequado, programas e serviços especializados, a perda da visão não significará o fim da vida independente e não ameaçará a vida plena e produtiva.

A deficiência visual não engloba somente questões ligadas à visão. Problemas psicomotores, estereotipias, dificuldade de aprendizagem, dificuldades sociais, dificuldades com a escrita, leitura e locomoção, entre outros. Para isso, há um bom sistema de representação simbólica no

desenvolvimento da criança com deficiência é muito importante o diagnóstico precoce e a correta estimulação das suas potencialidades. Essa estimulação deve se dar em todos os seus outros sentidos, para que a aprendizagem possa ocorrer de forma enfática e a criança possa ter acesso à abstração e poder participar ativamente do mundo ao seu redor.

Há um mito em torno da criança com deficiência visual, de que ela tem um ouvido musical mais bem dotado do que a vidente. Durante dois anos lecionando no Instituto Benjamim Constant pude observar com as crianças com quem trabalhei que isso não é verdade. Assim como as crianças que enxergam, as deficientes podem ou não ter um ouvido musical bem apurado. Não se pode dizer que existe relação direta entre a cegueira e a boa percepção musical.

Deficiência Múltipla

As pessoas com deficiência múltipla apresentam duas ou mais deficiências primárias (visão, audição, mental e física não-sensorial) havendo comprometimento que acarrete atraso no seu desenvolvimento global, necessitando de atendimento nas áreas comprometidas¹.

1.3 Todos podem aprender

¹ Fonte: (<http://www.apaecj.com.br/deficiencias.htm>)

A deficiência é uma questão permanente, mas não imutável. Todo o indivíduo aprende, qualquer que seja a sua deficiência e o grau de comprometimento, seu progresso é sempre possível.

Apesar das pessoas deficientes terem seu processo de aprendizagem mais alongado, elas sempre podem progredir.

Para tanto, é fundamental que o professor oriente-se não em função das dificuldades do aluno, mas em como poderá fazer para ajudá-lo a superá-las. Ao mudar o enfoque, os programas, as práticas e as estratégias a serem adotadas deverão sempre levar em conta a maneira de auxiliar esse aluno. Deverão considerar também os aspectos que são deficitários (Corrêa, 2006).

No caso da deficiência mental, por exemplo, considerada por muitos como uma condição que impede o desenvolvimento e a aprendizagem, estudos feitos desde a década de 1990, mostra que “o principal déficit dos deficientes mentais está justamente na grande dificuldade para generalizar e aplicar estratégias já aprendidas em situações novas” (Corrêa, 2006, p.85).

Do ponto de vista cognitivo, segundo a autora, um “marco significativo na compreensão da deficiência mental foi o trabalho de Barber Inhelder sobre o diagnóstico do raciocínio dessas pessoas, aplicando os pressupostos de Jean Piaget”.

Os resultados encontrados revelaram que os estágios observados nas crianças normais com relação à resolução de tarefas operatórias foram também verificados com regularidade nos deficientes mentais.

Esse trabalho tem seu mérito reconhecido por ter demonstrado que os deficientes mentais são capazes de raciocinar, pensar logicamente, muito embora só consigam fazer isso num momento posterior e só conseguem agir logicamente quando os objetos são percebidos, manipulados e representados.

A criança com deficiência mental, segundo a pesquisadora, passa pelos estágios de desenvolvimento em um ritmo mais lento que as crianças ditas normais e depois, por um período de flutuações. É como se houvesse uma lentidão progressiva na evolução intelectual, que caminha para um estado de estagnação, caracterizado por uma imobilidade e instabilidade do pensamento (Corrêa, 2006, p.85).

A deficiência mental hoje é entendida sob um enfoque muito mais funcional e adaptativo do que psicométrico. Tratamos a pessoa com deficiência mental como alguém que tem limitações reais, mas estas não podem ser vistas como impedimentos para o desenvolvimento e para a aprendizagem.

Atualmente, o conceito de necessidades educativas especiais desloca o enfoque sobre as dificuldades e limitações dos alunos e dá ênfase à relação professor-aluno, ao contexto de aprendizagem, ao papel do professor.

A família por sua vez nesse novo modelo de compreensão, tem uma importância destacada na educação de seus filhos mas não consegue obter êxito completo, se não tiver a cooperação dos professores e da escola. O inverso também é verdadeiro. Os educadores precisam do apoio e da colaboração da família para desenvolverem os programas educacionais. Portanto, parceria, colaboração e cooperação entre família e educadores, devem fazer parte de um só projeto de ação educativa.

Capítulo 2

2.1 Socialização e Inclusão

Socialização é a assimilação de hábitos característicos do seu grupo social, todo o processo através do qual um indivíduo se torna membro funcional de uma comunidade, assimilando a cultura que lhe é própria. É um processo contínuo que nunca se dá por terminado, realizando-se através da comunicação, sendo inicialmente pela "imitação" para se tornar mais sociável.

O processo de socialização inicia-se, contudo, após o nascimento, e através, primeiramente, da família ou outros agentes próximos, da escola, dos meios de comunicação de massas e dos grupos de referência que são compostos pelas nossas bandas favoritas, atores, atletas, super-heróis, etc. Socialização é o processo através do qual o indivíduo se integra no grupo em que nasceu adquirindo os seus hábitos e valores característicos. É através da Socialização que o indivíduo pode desenvolver a sua personalidade e ser admitido na sociedade. A socialização é, portanto, um processo fundamental não apenas para a integração do indivíduo na sua sociedade, mas também, para a continuidade dos Sistemas Sociais. É o processo de integração do indivíduo numa sociedade, apropriando comportamentos e atitudes, modelando-os por valores, crenças, normas dessa mesma culturas em que o indivíduo se insere.

- a) Socialização Primária: onde a criança aprende e interioriza a linguagem, as regras básicas da sociedade, a moral e os modelos comportamentais do grupo a que se pertence. A socialização primária tem um valor primordial para o indivíduo e deixa marcas muito profundas em toda a sua vida, já que é aí que se constrói o primeiro mundo do indivíduo.

- b) Socialização Secundária: todo e qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos sectores do mundo objetivo da sua sociedade (na escola, nos grupos de amigos, no trabalho, nas atividades dos países que visitamos ou para onde emigramos, etc.), existindo uma aprendizagem das expectativas que a sociedade ou o grupo depositam em nós relativamente ao nosso desempenho, assim como dos novos papéis que vamos assumindo nos vários grupos a que vamos pertencendo e nas várias situações em que somos colocados.

É no seio da família que se encontra o primeiro e mais importante ambiente para o desenvolvimento do indivíduo. Ao nascer, o ser-humano é dependente de alguém que cuide e atenda suas necessidades vitais. Alimentação, afeto e cuidados são fundamentais para o processo de desenvolvimento fisiológico, intelectual, psicológico e social. O núcleo familiar é o local onde se dá a formação da auto-estima e do sentimento de dignidade humana, valores necessários para a criança enfrentar os desafios do mundo social. Pode-se dizer que independentemente da sua estrutura, a família mantém-se como principal meio para estimular as relações da criança com o mundo.

Nesse sentido, as conexões sociais estabelecidas no microsistema familiar são consideradas as que trazem implicações mais significativas para o desenvolvimento da criança. No caso da criança com necessidades especiais, os estímulos e cuidados têm que ser ainda mais esmerados, pois que a atenção e dedicação adequada podem trazer um futuro com uma qualidade de vida bem mais significativa para esta criança. Por outro lado, a omissão ou a ausência de

um cuidado adequado a essa criança pode representar um agravamento do seu quadro ou um entrave no seu potencial de desenvolvimento.

A inserção da criança na sociedade pode ser prejudicada quando ela for portadora de uma necessidade especial que lhe cause dano motor ou cognitivo. Nesse sentido, a família pode ser um instrumento decisivo na inclusão social da criança. Dentre os ambientes sociais considerados capazes de contribuir para o desenvolvimento infantil encontra-se a escola que, igualmente à família, é considerada local formador de pensamentos e de ajustes psicossociais e espirituais.

A criança ao ingressar na escola começa a fazer parte de um grupo maior e o seu relacionamento com colegas, professores e outros funcionários, ajudará no desenvolvimento de auto-conceito e auto-estima, o que representa uma mudança profunda em suas relações, precisando para tanto ser aceita pelos colegas e professores. Entretanto, mesmo a escola sendo considerada fundamental para o desenvolvimento e socialização da criança muitas vezes pode ser apontada como uma fonte de discriminação.

2.2 Do extermínio à inclusão

Sempre houve pessoas com dificuldades para entender e se fazer entendidas. Ao longo do tempo esses indivíduos sempre foram vítimas de discriminação e exclusão. Apesar de nos dias atuais a sociedade ter avançado bastante na sua relação com estas pessoas, ainda há muito que fazer no sentido de incluí-las, nos mais diversos níveis de convivência, com as demais.

O que vemos hoje na nossa sociedade é na verdade resquício de um tempo no qual a deficiência era tida como algo que deveria ser extirpado do mundo.

Um rápido percurso do deficiente na História feito por Corrêa (2006) nos auxilia a entender melhor esse convívio em diferentes momentos.

Em Roma, na Antiguidade, segundo Sêneca apud Misés (1977, p. 14), ocorriam as seguintes práticas:

Nós matamos os cães danados, os touros ferozes e indomáveis, degolamos as ovelhas doentes com medo que infectem o rebanho, asfixiamos os recém-nascidos mal constituídos, mesmos as crianças, se forem débeis ou anormais, nós as afogamos: não se trata de ódio mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las (sobre a ira, I, XV).

Na Grécia Antiga, os deficientes, contrariando os ideais atléticos, eram sacrificados ou escondidos.

Em outros lugares eles eram considerados possuídos pelo demônio e necessitavam de purificação. Os sentimentos em relação aos deficientes eram dúbios, misturavam piedade e rejeição, cuidado e abandono, perseguição e proteção. Havia uma grande dificuldade de entender e de lidar com essas diferenças.

Com o Cristianismo esta situação começou a mudar. A partir daí o deficiente passou a ter alma e não poderia mais ser maltratado ou abandonado. Eram agora filhos de Deus e seres humanos como qualquer outro.

Assim, na Idade Média já não tínhamos mais rejeição, mas a ambiguidade proteção-segregação.

A inquisição católica, por superstição, sacrificou loucos, adivinhos, deficientes mentais ou pessoas consideradas endemoniadas.

Apenas no século XVI, através de estudos dos médicos Cardano e Paracelso, teve início a idéia de que a deficiência mental era um problema médico, que ocorria por fatores hereditários ou congênitos. Segundo esses médicos, não caberia mais a Igreja definir o destino dessas pessoas (Corrêa, 2006).

Segundo Ida Janete Rodrigues (2008), a inclusão baseia-se em dois importantes argumentos: mostra ser benéfica para a educação de todos os alunos, pois eles aprendem independentemente de suas habilidades ou dificuldades; e ela baseia-se em conceitos éticos de direitos e deveres de todo cidadão, pois escolas são construídas para promover, acima de tudo, cidadania e quebrar paradigmas preestabelecidos.

A meta da inclusão escolar é transformar as escolas, de modo que se tornem espaços de formação e de ensino de qualidade para todos os alunos. A proposta inclusiva nas escolas é ampla e abrangente, atendo-se às peculiaridades de cada aluno. A inclusão implica mudança de paradigma, de conceitos e posições, que fogem às regras tradicionais do jogo educacional, que ainda é retrógrado e reforçado pela manifestação de resistência à mudança de muitos.

Para que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, há que se reverter o modo de pensar e de fazer educação nas salas de aula, de planejar e de avaliar o ensino, e de formar e aperfeiçoar os professores, especialmente os que atuam no ensino fundamental. Entre outras inovações, a inclusão implica, também uma outra fusão, a do ensino regular com o especial, utilizando opções

que possam oferecer alternativas e que também favoreçam a qualidade de ensino para os aprendizes em geral.

A inclusão na sala de aula demonstra um passo de grande evolução, pois, hoje em dia, é praticamente impossível ignorar a existência e a permanência em escolas regulares de sujeitos portadores de necessidades especiais.

Os Benefícios Da Inclusão De Alunos Com Necessidades Especiais Na Escola Regular:

Vários estudos comparativos realizados principalmente nos EUA e nos países escandinavos, onde esse movimento existe há mais tempo, revelam a seguinte situação, segundo Ida (2008):

Benefício dos Alunos Com Deficiências

- Encontram modelos positivos nos colegas
- Contam com assistência por parte dos colegas
- As crianças crescem e aprendem a viver em ambientes integrados

Benefícios para os alunos sem Deficiências

- A melhor forma de aprenderem a lidar com as diferenças individuais
- Oportunidade para praticarem e partilharem as aprendizagens
- Diminuição da ansiedade em face dos fracassos ou insucessos

Benefícios para todos os alunos:

- Compreensão e aceitação dos outros
- Reconhecimento das necessidades e competências dos colegas
- Respeito por todas as pessoas
- Construção de uma sociedade solidária

- Desenvolvimento de apoio e assistência mútua
- Desenvolvimento de projetos de amizade
- Preparação para uma comunidade de suporte e apoio

Os Seguintes Aspectos Devem Ser Levados em Conta

- A planificação e o desenvolvimento de arranjos nos ambientes físico e social
- A escolha dos materiais e equipamentos da sala de aula
- A disposição e adequação do espaço disponível para os alunos
- A revisão do papel do professor como iniciador das interações ou gestor das interações
- A maior ou menor construção das atividades propostas na sala de aula.

Em pesquisa feita pelas formandas Danielle Ferreira Fontes, Candice Moraes Lisboa e Michelle de Holanda Cavalcante ¹, em 2005, da Universidade Federal de Sergipe, constatou-se que a maior parte dos professores afirmava que sentia muitas dificuldades de trabalhar não apenas com o deficiente mental, mas com todos os tipos de deficiência, inclusive dificuldades para trabalhar com a recepção dos alunos “normais” em relação aos alunos deficientes. A dificuldade mais apontada por esses professores que ensinam em turmas inclusivas, ou seja, turmas onde há também alunos deficientes, é a falta de capacitação para lidar com esse tipo de alunado que requer, segundo eles, muito mais trabalho.

Em apenas três das seis escolas pesquisadas, os professores relataram ter participado de algum curso de capacitação promovido pela Secretaria de

¹

Educação do Estado. No entanto, esses cursos não eram realizados por todos os professores da escola indicada, e não eram contínuos, pois que começavam e não terminavam.

Com essa falta de preparação dos professores, muitos afirmaram que se sentiam angustiados e com medo na hora de lidar com os deficientes, principalmente no que se referia às questões da sexualidade aguçada e da lentidão na aprendizagem dos deficientes mentais. Outra dificuldade levantada pelos professores era a falta de material didático e pedagógico para trabalhar com os deficientes, o que prejudicava a aprendizagem do aluno com deficiência. (Moura, 2005).

Esta pesquisa revela uma realidade do nosso país que, se por um lado mostra avanços quanto à legislação voltada para a inclusão, por outro, ainda não fornece ferramentas e capacitação para os professores para lidarem com estes alunos.

O processo de inclusão é portanto um desafio para o professor, que tem um papel fundamental nesta questão. Em uma sociedade globalizada, na qual cada vez mais o acesso à informação chega aos alunos através de diferentes meios, o professor tem que estar sempre atualizado, buscando mesclar a aula tradicional às novas fontes de informação, como a internet e recursos multimídia. Além disso, o professor e a escola estão recebendo cada vez mais alunos que contam cada vez menos com a presença dos pais em casa. Devido às condições de mercado, muitas famílias têm pai e mãe trabalhando em tempo integral, delegando à escola mais responsabilidade quanto à educação de seus filhos. Nesse contexto, diante de alunos com necessidades especiais, o desafio do professor é ainda maior. A inclusão traz um novo paradigma para a sala de

aula. Agora, o professor, também tem que se preparar para lidar com um aluno que precisa de cuidados especiais e que tem um ritmo de aprendizado diferente. Nesse sentido é fundamental que haja uma grande sintonia entre o professor, a escola e a família. Contando com apoio psicológico para todas as partes envolvidas. É também necessário que as universidades e cursos de formação de professores incluam em seus currículos aulas voltadas para a didática e conhecimentos sobre de pessoas com necessidades especiais.

É também fundamental que se forneça ao professor recursos e materiais que possam auxiliá-lo na condução de sua aula, afim de que seus alunos possam ter um melhor rendimento. Além disso, o professor passa a exercer um papel de psicólogo e conciliador em uma sala onde, mais do que nunca, os alunos vão ter que saber lidar com as diferenças individuais.

O Ministério da Educação e principalmente da Secretaria de Educação Especial têm trabalhado muito nos últimos anos para promover a inclusão escolar. Entre diferentes projetos e programas podemos citar o “Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade”, do Ministério da Educação, que se propõe a promover a formação continuada de gestores e educadores das redes estaduais e municipais de ensino para que sejam capazes de oferecer educação especial na perspectiva da educação inclusiva. O objetivo do programa é que as redes atendam com qualidade e incluam nas classes comuns do ensino regular, os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Atualmente, o programa está em funcionamento em 162 municípios-polo, em parceria com o Ministério da Educação, esses municípios oferecem cursos, com duração de 40 horas, em que são formados os chamados

multiplicadores. Após a formação recebida, os professores se tornam qualificados para formar outros gestores e educadores.

Entre os anos de 2003 e 2007, a formação continuada atendeu 94.695 profissionais da educação com a participação de 5.564 municípios.

Capítulo 3

3.1 Música na Escola para todos

Vivemos em uma sociedade em que se pretende ser inclusiva, mas que, no entanto, pratica a exclusão. Por mais que as leis e as normas que procurem coibir a discriminação e o preconceito, estamos normalmente procurando os iguais e apartando os diferentes. Isto vale para diferenças de classe, de raça, credo, opção sexual e condição física.

Mais especificamente, em relação às diferenças de caráter físico, vivemos historicamente numa sociedade em que o indivíduo com necessidades especiais é colocado à margem. O mundo é construído e planejado para os não comprometidos, para aqueles que não apresentam nenhum tipo de necessidade especial.

Felizmente, como foi dito no capítulo anterior, cada vez mais as Instituições estão se preocupando em incluir pessoas com necessidades especiais. Isso se dá em escolas e empresas. Mas, segundo Rodrigues (2008), incluir não é simplesmente aceitar e inserir alguém na escola, no trabalho, no lazer. Implica acolher a todos os integrantes de um dado grupo, considerando que todos são diferentes e apresentam potencialidades e limitações.

A inclusão é portanto um conceito revolucionário, que busca remover as barreiras que sustentam a exclusão. Aplica-se a todos os que se encontram permanente ou temporariamente incapacitados, pelos mais diversos motivos, a agir e a interagir com autonomia e dignidade no meio em que vivem.

Vivemos uma realidade educacional, na qual há uma legislação voltada para inclusão e nesse sentido, a educação musical pode contribuir bastante para a inclusão de crianças com necessidades especiais.

Um acontecimento importante no campo da legislação e para a educação básica se deu recentemente, em 18 de agosto de 2008, quando o presidente Luiz

Inácio Lula da Silva sancionou a lei nº 11.769 que altera a LDB e dispõe sobre a obrigatoriedade da música na educação básica. Como podemos atestar nos artigos descritos abaixo.

§ 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo.” (NR)

Art. 2º (VETADO)

Art. 3º Os sistemas de ensino terão 3 (três) anos letivos para se adaptarem às exigências estabelecidas nos arts. 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de agosto de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Depois de muito tempo, a volta da educação musical nas escolas, por meio da lei representa, para milhões de crianças e jovens, a construção de valores pessoais e sociais, além de um maior desenvolvimento cognitivo, psicomotor, emocional e afetivo.

Entre os objetivos das aulas de orientação musical para crianças na 1ª infância podemos destacar ajudar aos pais e profissionais do ensino pré-escolar a reconhecer a importância da música nas primeiras fases da vida; a descobrir como as crianças muito pequenas aprendem a compreender a música; a proporcionar oportunidades para orientá-las na aprendizagem da música e a estabelecer a forma de melhor lhes ensinar música. A intenção não é a de preparar as crianças para serem músicos profissionais ou que os pais e professores identifiquem e fomentem gênios musicais (Melo, 2009).

Para Melo (2009) com a volta da música na escola a classe de musicalização passa colaborar grandemente para o desenvolvimento de várias habilidades da criança. No entanto, o direcionamento da música deverá ser para o desenvolvimento de outros aspectos ligados à criança como a criatividade, a

coordenação motora, a lateralidade, a lógica, a estética, a lingüística e a socialização entre outros, além de proporcionar momentos de prazer para a criança.

Além desses aspectos, segundo Deckert (2005) e Rego (2008), podemos notar que a volta da música na escola está relacionada ao conceito de Zona de Desenvolvimento proximal de Vygotsky. Para Vygotsky, o desenvolvimento não pode ser entendido sem referência ao contexto social e cultural no qual ele ocorre. O desenvolvimento cognitivo, portanto, não ocorre independente do contexto social, histórico e cultural. A construção do conhecimento é um processo de internalização de estruturas culturais de modos de pensar e agir, iniciada nas relações sociais, em que os adultos e as crianças mais velhas, por meio da linguagem, do jogo, do "fazer junto", compartilham com a criança em estágio de desenvolvimento anterior ao daqueles, seus sistemas de pensamento e ação. Portanto, ao internalizar instruções, as crianças acabam por modificar suas funções psicológicas, tais como a percepção, a atenção, a memória e a capacidade de solucionar problemas.

O aprendizado e o desenvolvimento, segundo Vygotsky, caminham juntos, quer dizer, tudo que a criança aprende com o adulto ou com outras crianças vai incorporando e transformando seu modo de agir e pensar. Assim, o teórico formulou um conceito central em sua teoria, que é essencial para a compreensão de suas idéias sobre a relação de desenvolvimento e aprendizagem, que é o conceito de zona de desenvolvimento proximal.

A zona de desenvolvimento proximal abrange os conceitos de zona de desenvolvimento real e zona de desenvolvimento potencial. Zona de

desenvolvimento real é a capacidade da criança de realizar tarefas de maneira independente, sem ajuda de outras pessoas, de acordo com a sua maturidade. Zona de desenvolvimento potencial é a capacidade de desenvolver tarefas com a ajuda de outras crianças ou adultos (Deckert, 2005).

Em uma relação de crianças com necessidades especiais com outras sem qualquer comprometimento gera, para as primeiras, um estímulo e uma integração maior e para as outras, um reforço dos conceitos que muitas vezes serão passados por elas mesmas.

Para Vygotsky, é na zona de desenvolvimento proximal que a interferência de outros indivíduos é mais transformadora. Nesse processo, é importante a ação dos colegas da turma e dos professores. O objetivo dessa intervenção, de outros, é trabalhar com a importância do meio cultural e das relações entre os indivíduos na definição de um percurso de desenvolvimento da pessoa humana, não devendo ser encarada como uma educação tradicional.

Segundo o coordenador musical da Escola Municipal Silveira Sampaio, localizada em Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro, em entrevista concedida a mim em 2009, a inclusão de alunos com necessidades especiais nas turmas comuns traz benefícios para todos. Enquanto os alunos com necessidades especiais recebem dos outros incentivo, carinho e interação, os demais treinam sua capacidade de dialogar com o diferente e respeitar seu tempo e dificuldades. Uma troca, na qual todos saem ganhando e onde se instala um maravilhoso exercício de cidadania.

A música tem um importante papel na educação das crianças, pois contribui para o desenvolvimento psicomotor, sócio afetivo, cognitivo e

lingüístico, além de ser facilitadora do processo de aprendizagem. Entende-se musicalização como um processo de construção do conhecimento, favorecendo o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade, do senso rítmico, do prazer de ouvir música, da imaginação, da memória, da concentração, da atenção, do respeito ao próximo, da socialização e da afetividade, também contribuindo para uma efetiva consciência corporal e de movimentação. A musicalização na educação infantil está relacionada a uma motivação diferente do ensinar, em que é possível favorecer a auto-estima, a socialização e o desenvolvimento do gosto e do senso musical das crianças dessa fase. Cantando ou dançando, a música de boa qualidade proporciona diversos benefícios para as crianças e é uma grande aliada no desenvolvimento saudável da criança (Melo, 2009).

No entanto, não é aconselhável que se inicie nesta idade o aprendizado musical, que difere da musicalização pelo fato de que, no primeiro, tratamos da aprendizagem de manuseio técnico de um instrumento musical, que deverá aparecer em uma segunda etapa, com aproveitamento da musicalização já trabalhada e com a criação do vínculo e do gosto entre a música e a criança.

Feres (1998), acrescenta dizendo que a musicalização infantil tem como objetivo principal desenvolver na criança o prazer de ouvir e fazer música. A autora descreve que, dentre os vários objetivos específicos desenvolvidos com o trabalho de musicalização, pode se destacar os seguintes (citada por Martins 2004),

- Estimular ligação afetiva entre a mãe ou adulto responsável pela criança;
- Resgatar o nosso patrimônio cultural, utilizando também um repertório folclórico e popular;
- Fornecer repertório para a mãe cantar com seu filho;
- Proporcionar meios no qual a criança tenha liberdade para criar;
- Estimular o canto e a fala;
- Oportunizar formas da criança se relacionar com outras pessoas;
- Ensinar a criança a respeitar e conhecer limites;

Desenvolver a musicalidade, a sociabilidade, os aspectos psicomotores, o senso rítmico e a percepção auditiva, (FERES citada por Martins, 2004, p.26).

Ilari (2003) também acrescenta ainda que não é necessário realizar nenhuma mágica para que o desenvolvimento cognitivo e a inteligência musical ocorram, mas que o educador só precisa fazer e vivenciar “música” em suas aulas. O importante é proporcionar para a criança momentos de prazer com atividades que lhe tragam alegria e lhe possibilitem um melhor desenvolvimento. Muitas brincadeiras e jogos musicais podem oferecer momentos de prazer. Tais brincadeiras e jogos se baseiam na exploração dos sons do corpo, de objetos, na realização de esquemas rítmicos, na execução de instrumentos, na apreciação, no canto e nas danças como destaca a seguir.

Os jogos musicais, quando utilizados de forma lúdica, participativa e não-competitiva podem constituir uma fonte rica de aprendizado, motivação e neurodesenvolvimento. Em geral, os jogos acontecem em aulas coletivas o que obviamente visa a estimulação dos sistemas de orientação espacial e do pensamento social. Jogos de memória de timbres, notas e instrumentos, dominós de células rítmicas e brincadeiras de solfejo podem ativar os sistemas de controle de atenção, da memória, da linguagem, de ordenação sequencial e do pensamento superior. Já os jogos que utilizam o corpo, tais como mímica de sons imaginários, brincadeira de cadeira, cantigas de roda, encenações musicais e pequenas danças podem incentivar o sistema da memória, de orientação espacial, motor e do pensamento social, entre outras. Além de prazerosos, os jogos musicais de participação ativa podem constituir exemplos típicos do aprendizado divertido (ILARI 2003, p. 9).

Os jogos e as brincadeiras são considerados por Vygotsky como de extrema importância para a promoção do desenvolvimento, pois o objeto que a criança usa nas suas brincadeiras serve como uma representação da realidade ausente e ajuda a criança a separar objeto e significado constituindo, assim, um passo importante no percurso que a levará a ser capaz de, como no pensamento adulto, desvincular-se totalmente das situações concretas (Deckert 2005 e Rego 2008).

Sob o ponto de vista do desenvolvimento da criança, a brincadeira traz vantagens sociais, cognitivas e afetivas. Sob o ponto de vista psicológico, a brincadeira e o jogo preenchem uma atividade básica da criança, ou seja, são o motivo para a ação. Os jogos e as brincadeiras, na concepção de Vygotsky, criam uma zona de desenvolvimento proximal na criança e proporcionam influência no seu desenvolvimento. A criança usa objetos concretos atribuindo-lhes outro papel. A situação é, então, definida pelo significado da brincadeira e não pelos elementos reais que aparecem. A criança se relaciona com o significado em questão e não com os objetos concretos que tem nas mãos. Assim, no brinquedo, a criança comporta-se de forma mais avançada do que nas atividades da vida real e também aprende a separar objeto de significado (Deckert, 2005).

Portanto, ao brincar e ao jogar, quanto mais papéis a criança representar, mais ampliará a sua expressividade, entendida como uma totalidade. Ela também constrói os conhecimentos mediante os papéis que representa, desenvolvendo-se nos aspectos linguístico e psicomotor, além do ajustamento afetivo emocional que atinge na representação desses papéis. No contexto da educação musical, a criança participa ativamente da construção do conhecimento através da ludicidade, do entendimento da linguagem musical e do discurso que a música tem como atividade expressiva humana.

3.2 Jogos Musicais e Atividades Pedagógicas

Temas que relacionam atividades lúdicas e jogos e pessoas com necessidades especiais são ainda poucos e aqueles que estão sendo publicados já apontam caminhos que o professor de música pode percorrer para sua rotina de sala de aula. Dentre esses autores, Louro (2006) destaca diversos jogos e atividades que serão aqui descritos:

Jogo do Timbre

O objetivo musical do jogo de timbre é estimular a percepção discritiva de timbres. Além disso, o jogo porta outros objetivos, tais como: Trabalhar sequenciação, memória curto prazo, associação, lateralidade (direita/esquerda), atenção e regras.

O jogo consiste em sequenciar formas geométricas após associá-las com sons distintos. O professor associa cada um dos instrumentos com uma forma geométrica (ex: pandeiro = círculo / clavas = quadrado / triângulo =- triângulo). Após apresentar tal associação aos alunos, o professor com os instrumentos fica num local fora do alcance da visão dos alunos, e toca-os sequencialmente. Os alunos então procuram e discriminam os sons e os relacionam com as formas correspondentes e as organizam conforme o que foi tocado.

É melhor que, no princípio, o professor toque o instrumento e espere o aluno escolher a forma e colocá-la na mesa antes de continuar, pois geralmente, os com deficiência mental têm dificuldade de associação e, os com deficiência visual total, demoram mais para descobrir a forma porque precisam tocá-las. O processo deve ser bem gradativo. Num momento mais adiantado ou com alunos com deficiências físicas sem comprometimento mental, o professor poderá acrescentar outras formas geométricas ou até tocar dois sons ao mesmo tempo.

Fichas Rítmicas

O objetivo do jogo é ensinar o princípio da duração (sons curtos e longos) de forma mais concreta, estimulando não somente a compreensão, mas também

a execução vocal de ritmos; também tem por objetivo colaborar com a percepção tátil, vocalização, atenção, memória, lateralidade e regras.

O jogo consiste em identificar os ritmos produzidos pelo professor, encontrar as fichas correspondentes e organizá-las sequencialmente.

Esse jogo colabora com a questão rítmica. Alunos com deficiência mental leve e moderada possuem, no começo, dificuldades em perceber as diferenças entre os retângulos pequenos e grandes, por isso, é necessário que eles acompanhem os “ritmos” com o dedo, o que colabora na compreensão, além de ajudar na coordenação motora fina. Alunos com deficiência visual percebem as saliências e logo associam ao som.

Jogo da Memória (ritmos)

O objetivo do jogo é colaborar na aprendizagem e memorização de ritmos diferentes e também estimular a memória e a organização espacial, trabalhar atenção e paciência.

O jogo consiste em encontrar os pares de fichas rítmicas.

Para que esse jogo possa acontecer é necessário que os alunos já conheçam o conceito rítmico proposto, isto é, quadradinhos - sons curtos, retângulos (4X1cm) - sons longos. Por isso, o ideal é jogar, até que o conceito seja assimilado, o jogo de ficha rítmica.

Gera uma maior conscientização do conceito de duração, principalmente em pessoas com deficiência visual total e mental. Proporciona também melhora na atenção, pois todos ficam na expectativa de ver se ele e o amigo vão ou não acertar, além de ser trabalhada a paciência (cada um tem sua vez).

3.3 Musicalização e Inclusão

Muitos dos seus alunos com necessidades especiais, segundo a autora Louro (2006) e colaboradores, em seu livro Educação Musical e Deficiência (2006), além de terem um ótimo rendimento musical, passaram a ser mais comunicativos ou menos agressivos. Outros, melhoraram sua auto-estima pelo simples domínio de uma atividade e alguns, com dificuldade de dicção, passaram a articular melhor palavras, tornando-se mais compreensíveis.

A atividade musical, realizada por profissionais informados e conscientes de seu papel, educa e reabilita a todo momento, uma vez que afeta o indivíduo em seus aspectos principais: físico, mental, emocional e social.

A musicalização na escola inclusiva é um tema atual, urgente e imprescindível aos alunos nesse momento em que todos estão juntos aprendendo. Nesse sentido alguns autores podem contribuir com essa mudança.

A professora Lisbeth Soares (2002)¹, em suas considerações finais de seu ensaio “Atividades Musicais Na Escola Especial” ressalta que:

- 1) Não há necessidade de elaborar um método de Educação Musical exclusivo para deficientes mentais. É importante conhecer e respeitar as diferenças, fazendo as adaptações necessárias, o que facilitará, inclusive, o processo de inclusão.
- 2) Sem dúvida as aulas de artes, envolvendo todas as linguagens, são importantes para o desenvolvimento cognitivo de todos os alunos, devendo ser efetivamente incluídas nos currículos.
- 3) Especificamente sobre a Educação Musical, é importante aprofundar os estudos, buscando envolver não só os alunos, mas, também, professores e funcionários da escola, pensando na seguinte questão: “qual é o mundo musical que a escola oferece aos alunos?”

Santos (2006), no seu artigo “Um Olhar Sobre As Diferenças: Cidadania, Música e a Escola Inclusiva”² afirma que:

Por acreditarmos que a educação musical deve ser vista como uma contribuição sistemática ao processo de desenvolvimento integral do ser humano, a consideramos como ferramenta valiosa no processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais nas classes do ensino regular. A sala de aula é o local de encontro de diferentes saberes, onde todos os envolvidos têm o direito de expressão e de construção de novas maneiras de perceber o mundo. O cotidiano da sala de aula deve promover a colaboração e a ajuda mútua e é na e pela interação com o outro que o aluno aprende e se desenvolve e é nesse espaço que seu direito à educação integral de qualidade estará garantido. A aula de música, entendida nesse contexto, ampliaria seu significado e seus objetivos, ultrapassando os limites do pedagógico. Os alunos com necessidades especiais têm na prática musical em grupo uma oportunidade de socialização, fator importante, considerando que, geralmente, essas crianças vivenciam em seu cotidiano um grande isolamento. Essa prática é, também, uma forma eficaz de demonstrar suas potencialidades, e o sentimento de potência gerado aí faz com que haja um aumento de sua auto-estima e com isso eles se sentem aceitos, fazendo parte do grupo. O sentimento de pertença é um grande passo para a desconstrução da identidade estigmatizada que os acompanha e que tanto atrapalha o seu dia-a-dia. Valeria a pena questionar se o professor de música estaria preparado e/ou disposto para o desafio de acolher as diferenças e praticar um currículo que contemple a diversidade de possibilidades e capacidades em sala de aula. Além do "empenho e dedicação", não seria necessário, a esse professor, uma formação mais abrangente?

Apesar da nova LDBEN/96 determinar que os sistemas de ensino devam assegurar professores com especialização adequada para atender aos alunos com necessidades especiais, promovendo a integração destes nas classes comuns, ainda não vislumbramos em número satisfatório esses professores no sistema geral de ensino. Quanto aos cursos de licenciatura em música, seria necessário repensá-los de maneira que eles pudessem dar conta da demanda que atualmente se impõe. Demanda essa que inclui, por exemplo, a integração/inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais nas classes da escola regular.

Pensando na imagem de uma torcida de futebol, quando uma torcida cheia canta no estádio, ouvimos um grande coro, com diferentes pessoas, cada um com a sua individualidade, entoando uma melodia. O resultado é harmonioso e vigoroso.

A musicalização pode oferecer condições favoráveis para que todos na escola, independente da sua condição física ou mental, possam conviver e se desenvolver juntos, na construção de uma sociedade mais plural e fraterna.

¹ Fonte: <http://www.queroeducacaomusicalnaescola.com/pdf/SOARES,%20Lisbeth%202002.pdf>

Conclusão

Concluimos com esse trabalho que a inclusão é um processo recente, que vem trazer um novo paradigma para a educação escolar no Brasil, no qual crianças com necessidades especiais conviverão em salas de aula junto com outras sem comprometimento.

Nesse contexto a musicalização pode exercer um papel importante, pois através da música a criança expande suas possibilidades de desenvolvimento, podendo compartilhar o fazer musical junto com outras. Em um ambiente de convivência entre indivíduos diferentes, a música pode reforçar laços, aumentar a auto-estima e reforçar o desenvolvimento de uma educação sem preconceito.

Para que isso aconteça de forma concreta é fundamental que, cada vez mais, se criem condições propícias para esse novo modelo nas salas de aula. Que a escola possa fornecer recursos materiais e apoio psicológico. Que a família possa atuar em parceria com a escola e que os professores de música, através de uma renovação curricular, possam estar preparados intelectualmente e emocionalmente para atuar neste novo modelo escolar.

Referências

ALENCAR, E.M.L.S. Criatividade e educação do superdotado. Petrópolis: Vozes, 2001.

ALENCAR, E.M.L.S.; FLEITH, D.S. Superdotados: determinantes, educação e ajustamento. 2. ed. São Paulo: EPU, 2001.

ALI, A.S. Issues Involved in the evaluation of gifted programmes. *Gifted Education International*, V.16, p.79-91, 2001.

DECKERT, Marta *Desenvolvimento cognitivo musical através de jogos e brincadeiras*. Em Anais do III Fórum de Pesquisa Científica em Arte. Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Curitiba, 2005.

Deficiência Mental. Disponível em <<http://www.fiocruz.br/biosecuranca/bis/infantil/deficiencia-mental.htm>> Acesso em 20 nov. 2009.

- FERES, Josette S. M. *Bebê , Música e movimento*. São Paulo: Ricordi, 1998.
- ILARI, Beatriz. A música e o cérebro: algumas implicações do neurodesenvolvimento para a educação musical *Revista da ABEM* Porto Alegre. V. 9. 7-16, set. 2003.
- LOURO, Viviane dos santos. *Educação musical e deficiência: propostas pedagógicas* . São José dos Campos,Ed. Do autor, 2006
- MARTINS, Rosimary Pereira Lima. *Contribuição da música no desenvolvimento das habilidades motoras e da linguagem de um bebê: um estudo de caso*. 2004. Monografia do Curso de Pós-graduação da Escola de Música e Belas Artes do Paraná.
- MOURA, R. *Entrevista: Inclusão de Deficientes Mentais no Sistema Regular de Ensino Fundamental é tema de monografia* < [http:// www. inclusaosocial. com/ler. php?codigo=263](http://www.inclusaosocial.com/ler.php?codigo=263)) >. Acesso em 30 Nov. 2009.
- MELO, N. N. M. M; SANTOS,V.A.M; NUNES,D.A.S e SILVA,V.L.L.G. .*A importância da música para o desenvolvimento da criança de educação infantil*. Disponível em <[http://upedagogas. blogspot.com/2009/03/ contribuicao-da-musica-para-o_21. html](http://upedagogas.blogspot.com/2009/03/contribuicao-da-musica-para-o_21.html)> acesso em: 29 nov. 2009.
- REGO, Teresa Cristina. *Vygotsky: Uma perspectiva histórico- cultural da educação*. Petrópolis, 2008.
- RODRIGUES, Ida Janete. *Inclusão: Um desafio em processo de construção*. Fundamentos de Psicologia. Psicologia do Excepcional. Deficiência Física, Mental e Sensorial. Editora Gen/Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, 2008.
- SOLOW, R. *Parent's conception of giftedness*. *Gifted Child Today*, v.24, p.14-22, 2001.
- VIRGOLIM, A.M.R. O indivíduo superdotado: história, concepção e identificação. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, v.13, p.173-183,1997.
- ZACHARIAS, V. L. C. *Necessidades Especiais*. Disponível em <<http://www.centrorefeducacional.com.br/edunespc.html>> acesso em 20 nov. 2009.